

Qual Democracia? O período de redemocratização na América Latina: uma reflexão sobre Brasil e Argentina.

Autor: Gleidiane de Sousa Ferreira¹

Instituição de Origem: Universidade Federal do Ceará

RESUMO

O artigo busca entender como se deu o processo de redemocratização pós-ditaduras militar no Brasil e na Argentina nos anos 80, levando em consideração as especificidades desse processo nos dois países, fazendo um paralelo com a política e o projeto neo-liberal norte-americano para a América Latina nesse período. Assim, se busca desenvolver neste trabalho uma análise em torno da relação das aberturas democráticas da América Latina com os Estados Unidos dentro de uma nova geopolítica internacional de desenvolvimento e relações econômicas, problematizando os discursos sobre as novas “compreensões” acerca do modelo político democrático e sobre a própria Democracia que se quer estabelecer nesse momento. Dessa forma, compreender a política norte-americana em meados dos anos 80 é aqui de fundamental importância para se analisar a reconfiguração do jogo de poderes políticos e econômicos em níveis globais, e principalmente a sua relação com a trajetória das democracias latino-americanas. Portanto, buscando perceber, qual a principal relação e os principais interesses que ligam a América Latina, especialmente Brasil e Argentina, aos Estados Unidos e às novas propostas de reorganização política e econômica a níveis mundiais, entendendo como esse projeto e esses interesses podem ser pensados na experiência histórica no entorno desse período nesses dois países.

Palavras-chave: Redemocratização; neoliberalismo; América Latina; Brasil; Argentina.

RESUMEN

El artículo busca entender el proceso de redemocratización pós dictaduras militares en Brasil y Argentina en los años 80, considerando las especificidades de ese proceso en los dos países, haciendo un paralelo con la política y el proyecto neoliberal estadounidense para la América Latina en ese período. Así, se busca desarrollar en este trabajo un análisis sobre la relación de las aberturas democráticas de América Latina con los Estados Unidos dentro de una nueva geopolítica internacional de desarrollo y relaciones económicas, analizando los discursos sobre las nuevas “comprensiones” sobre el modelo político democrático y sobre la propia Democracia que ansían establecer en ese momento. Por lo tanto, para entender la política estadounidense a mediados de los años 80 que aquí es de fundamental importancia para examinar la reconfiguración del juego de poderes políticos y económicos en los niveles mundial, y especialmente su relación con la trayectoria de las democracias latinoamericanas. Así, se busca darse cuenta, cuáles son las principales relaciones e intereses que unen

la América Latina, especialmente Brasil y Argentina, a los Estados Unidos y a las nuevas propuestas para reorganizar los planos político y económico en el mundo, la comprensión de cómo estos proyectos e intereses se pueden pensar en la experiencia histórica en torno a este período, en ambos países.

Palabras claves: Redemocratización; neoliberalismo; America Latina; Brasil; Argentina.

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo analisar o período de transição democrática pós-ditaduras militares no Brasil e na Argentina, atentando especialmente para uma reflexão teórica, a partir da experiência vivida por esses países, sobre o conceito e a prática democrática vivenciadas em tal momento. Assim, busca-se, a partir de algumas inquietações, pensar o que estava sendo entendido por Democracia e qual a importância atribuída a tal conceito para esses países, nesse período. Para tal, vale ressaltar a análise, neste trabalho, de alguns discursos e práticas políticas observadas nesse momento, como também, a busca constante em analisá-los dentro de uma conjuntura maior a nível mundial no que se refere aos planos político e econômico.

Dessa forma, entendendo esse período como fundamental para a compreensão das novas relações que se estabelecem mundialmente, não apenas entre os países em questão, mas em relação a toda América Latina, se torna obrigatória uma reflexão acerca da significação e da participação dos *Estados* como veículos transformadores de uma nova realidade. Para tal fim, é necessário pensar de que maneira será idealizado o papel destes como possibilitadores e legitimadores de uma nova proposta de organização social mundial, o que nos possibilita refletir a Democracia como um regime político de Estado e também como uma nova concepção de relação entre sociedade e poder público.

É importante analisar o período de redemocratização a partir da atuação dos Estados Americanos dentro da conjuntura mundial dos anos 80, considerando a emergência e a necessidade dessa mudança, também, como uma política externa norte-americana que buscava o estabelecimento de uma nova ordem política e principalmente econômica mundial, visando à manutenção da sua principal área de influência, a América Latina, e o restabelecimento da sua hegemonia enquanto potência mundial.

Assim, a reflexão sobre as aberturas democráticas na América Latina neste trabalho, especialmente nas realidades brasileira e argentina, são entendidas a partir da análise do que podemos chamar de fatores externos - a redemocratização dentro de um projeto norte americano - sem desconsiderar as dinâmicas internas dos países, que se somaram como fomentadores desse processo de transição. Como exemplo disso, está a pressão exercida pela sociedade na resolução dos problemas econômicos legados dos governos militares.

UMA REFLEXÃO TEÓRICA SOBRE A DEMOCRACIA DOS ANOS 80

O debate sobre a compreensão de Democracia requer uma discussão acerca da relação entre os

fatores que são entendidos como fundamentais para a existência de um sistema dito democrático. Alguns pontos são essenciais para essa discussão. Primeiro, as estruturas institucionais da ordem *política* - o que alguns autores chamam de as “regras do jogo” (BORON, 1994) - e as questões de caráter *econômico* e *social*, que são fundamentais para se analisar a estabilidade de um sistema democrático.

Assim, tomando como base as teorias políticas americanas que surgem desde fins dos 70 e sua influência no processo de transição democrática, com o objetivo de fazer uma análise crítica dessas teorias, podemos destacar alguns pontos fundamentais a serem desenvolvidos na primeira parte deste trabalho. 1. *O debate sobre a Democracia como um projeto norte-americano*. 2. *A Democracia política e o neoliberalismo*. 3. *Contradições da Democracia na sociedade capitalista*.

De início, uma das questões mais relevantes é entender o momento político em que se encontravam os Estados Unidos da América em meados dos anos 80, na busca da recuperação da sua hegemonia política no contexto internacional. Após longos anos de um conflito ideológico polarizado com outra grande potência mundial, a União Soviética, os Estados Unidos disputavam a extensão da sua influência no mundo, entendendo a América Latina como a *principal* área de influência política para os norte-americanos.

Primeiramente, depois dos escândalos políticos que envolveram presidentes anteriores (Richard Nixon e Jimmy Carter), Ronald Reagan (presidente que governaria os Estados Unidos entre 1981-1989), inicia-se uma política interna de apoio ao seu mandato e de restabelecimento de confiança da sociedade estadunidense, principalmente, na política externa que buscava resgatar a hegemonia norte-americana, com o estabelecimento de uma política forte e segura para o crescimento econômico. Diante dessa situação, o Partido Republicano norte-americano será um dos grandes idealizadores, e Reagan, seu candidato, um dos maiores difusores da “necessidade” democrática no continente americano, em oposição aos governos totalitários, em especial a União Soviética.

É a partir desse empenho norte-americano em mudar a estratégia de atuação internacional, que a discussão acerca da importância das aberturas democráticas se fazem de grande relevância no cenário político e intelectual da América Latina. Nesse contexto de “resgate” econômico teremos uma profunda idealização e difusão de uma concepção de Democracia, que aparece como *valor universal, necessário e urgente* para o estabelecimento de uma nova política que garantiria não somente o soerguimento da influência norte-americana, mas também o dos países latino-americanos que se encontravam em situações críticas, política e economicamente, nos momentos pós-ditadura.

Essa concepção se solidifica dentro de uma lógica em que a Democracia se apresenta como uma *reorganização do Estado* a partir de uma forma de governo que pretende garantir alguns direitos básicos (direitos humanos, liberdade de expressão e associação) que numa conjuntura pós- militar torna-se essencial, além do direito à participação política a partir da garantia de eleições regulares e do voto, ou seja, uma *democracia política*. Esse modelo se construiu suscetível a uma infinidade de críticas, visto que na lógica que se pretendia estabelecer, a Democracia pensada não ultrapassa o valor político no pensamento acerca da cidadania. A garantia de direitos políticos aparece dissociada de uma garantia de direitos econômicos e sociais que garantiriam a possibilidade de uma compreensão e de uma vivência mais completa e mais complexa acerca do que podemos chamar de sociedade

democrática. A Democracia então, era entendida como uma forma de organização das instituições públicas, uma maneira mais técnica de entender a garantia da administração de um sistema de governo que aspira principalmente à estabilidade política deste sistema.

A relação conflituosa que se faz entre a democracia política e a sociedade de economia neoliberal proposta pelos Estados Unidos desde o Consenso de Washington, é um dos pontos fundamentais para se refletir sobre o processo de transição democrática na América Latina. Primeiramente, pois a América Latina, especialmente os países que passaram por governos militares, se encontravam em condições alarmantes no que refere à economia. O legado militar para países como Argentina e Brasil foi catastrófico, com intensas crises política e econômica e o aumento significativo das dívidas externas, que garantiram a subserviência desses países em relação às grandes economias mundiais. Assim, a compreensão de democracia política se faz num campo simbólico, em que pretende-se propagar a idéia de que as mudanças no campo político na organização do Estado possibilitariam uma mudança das questões econômicas e sociais que afligiam a sociedade latino-americana pós ditadura.

É nesse contexto de submissão política e econômica por parte dos países Latino Americanos, que podemos tecer uma crítica inicial ao discurso proposto de Democracia como um sistema de governo capaz da resolução dos problemas enfrentados por esses países. A Democracia é pensada, nesse momento, como uma reestruturação do Estado dentro da idéia liberal de organização do sistema eleitoral (voto secreto, sufrágio universal, pluripartidarismo, garantia dos direitos civis e responsabilidade governante), tendo a democracia representativa como a delegação da responsabilidade de decisão à uma elite política, o que insere uma peculiaridade nesses processos de transições democráticas nos anos 80. Assim, quando a Democracia é entendida a partir das igualdades políticas e não econômicas e sociais, em que o voto delega certa legitimidade e um poder extraordinário de decisão ao poder público no caso de uma sociedade neoliberal, quem exerce o poder de fato - seja por intermédio do voto ou da simples influência política - são os setores economicamente influentes. Dessa forma, ao assumir o controle do aparelho do Estado nenhum governante seria capaz de garantir os compromissos assumidos para com os seus eleitores, pois isso dependeria das condições impostas pela conjuntura econômica internacional e da influência desses setores economicamente dominantes.

A cobrança do pagamento da dívida externa, por parte das organizações econômicas internacionais dos países Latino Americanos, em detrimento de um possível desenvolvimento humano e social desses países – mesmo quando a garantia dos direitos era o carro-chefe dos discursos eleitorais - é uma das primeiras contradições percebidas entre os interesses de um país depositados em seus governantes, e os interesses do capital internacional. Pois, como na realidade brasileira e argentina, o sonho das melhorias econômicas e sociais, foi transferido para o cumprimento inquestionável das leis da economia mundial e do início de uma política de exploração e de reorganização da lógica do trabalho.

É mediante esses questionamentos que vêm se construindo os principais debates sobre Democracia nas Ciências Políticas. E é diante dessas questões que podemos tirar algumas conclusões acerca da democracia do contexto dos anos 80, dentro de uma concepção reducionista de democracia

política. Vemos então uma tentativa de realocar o papel do Estado diante do princípio de liberdade comercial, aonde o político é construído para ser pensado separadamente do econômico e do social, onde o Estado aparece como legitimador dessa realidade, baseada na exploração geográfica da periferia pelos centros capitalistas. Assim, as perguntas que se colocam são: Como é possível pensar numa “democracia plena”, quando as leis economicamente impostas se fazem dentro de uma lógica excludente? Como pensar numa democracia de participação, quando a cultura política que se pensa construir é o “deleguismo”? Como se pode pensar em Democracia como valor Universal quando as relações econômicas são decorrentes da exploração dos países periféricos pelos centros capitalistas?

Por fim, diante dessas problemáticas, tomo aqui algumas reflexões de Atilio Boron sobre as contradições colocadas entre um Estado Capitalista e a Democracia:

Primeiro, até que ponto a plena democratização do Estado capitalista pode preencher o hiato entre a igualdade 'celestial' do regime político e a desigualdade 'material' que reproduzem incessantemente as relações burguesas de produção? É óbvio que o programa de democratização se encontra aqui com obstáculos insuperáveis. Não se trata de desmerecer os enormes avanços obtidos com a democratização dos capitalismo europeus desde a Primeira Guerra Mundial, nem de minimizar as dimensões do Estado Keynesiano de bem estar desde os 30; levadas adiante pelas lutas populares, as democracias burguesas introduziram uma série de reformas que melhoraram objetivamente as condições de existência das classes subordinadas. No entanto, isto não pode levar-nos a ignorar que aquelas transformações encontraram seus limites no despotismo que o capital manteve incólume no terreno da produção. É solucionável a contradição capitalista entre democracia política e autocracia econômica?²

REFLEXÕES SOBRE O PROCESSO DE TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA NO BRASIL E NA ARGENTINA.

Argentina

Tomando como reflexão as discussões anteriores acerca de algumas das problemáticas que pairam a reflexão sobre a Democracia, para pensar a realidade argentina, assim como a brasileira, é fundamental a análise dos discursos políticos para se compreender as temáticas colocadas no plano simbólico da relação Estado e Sociedade. São os discursos que nos indicam o que se *entende* sobre a realidade social e o que se *pretende* para ela. O discurso é produtor de um sentido e de uma perspectiva dentro de uma dada realidade, dessa forma, ele não se apresenta numa *via única*. A produção do discurso político mais tem a ver com as ansiedades de quem o escuta, do que das de quem o profere.

É dessa maneira, que entendendo a realidade econômica e social dos países latinos pós-ditadura, em que a pressão por uma mudança urgente dos problemas enfrentados por tais países é uma questão fundamental, pode-se a priori, suspeitar de uma tendência ou uma propensão a uma tentativa de resposta a estas, no conteúdo dos discursos. É claro que o discurso é o *indicador* de uma tentativa de afirmação de uma proposta ou de um projeto nacional que busca uma solução (projeção) comum para as

questões que estão em cheque como prioridade para aquela realidade. Assim, para analisarmos o intrincado processo que se constituirá a partir da abertura democrática até a constituição de um regime econômico de característica neoliberal, procura-se aqui, problematizar os discursos do primeiro presidente eleito Raúl Alfonsín e do seu sucessor Menem, de maneira a buscar compreender de que forma foram pensadas as questões primeiras para o estabelecimento de um regime democrático.

Utilizando como base o texto de María Susana Bonetto³, que analisa os discursos pronunciados por estes dois presidentes⁴, e onde podemos encontrar trechos desta documentação utilizada para tal, pode-se observar: 1. *O comprometimento de Raúl Alfonsín em focalizar-se nas questões políticas e institucionais, travando uma clara separação entre o político e o econômico.* 2. *O comprometimento de Menem em avançar na perspectiva da democracia política, com o objetivo de construir certa estabilidade em relação às políticas neoliberais.*

Pensando o discurso como indicador das necessidades e dos anseios mais urgentes de uma sociedade, podemos perceber uma das maiores características dos pronunciamentos feitos por Raúl Alfonsín em relação a suas prioridades e objetivos enquanto presidente. A necessidade de construir uma perspectiva de rejeição ao autoritarismo e às instituições ditatoriais, a busca de incentivar uma cultura política ligada à defesa dos direitos humanos, à ética e à tolerância, são as primeiras e mais eminentes perspectivas encontradas em seus discursos. Essa priorização da rejeição de valores cultivados no período ditatorial acaba por reafirmar a importância da reorganização e de reformas no que tange o âmbito político do Estado.

A campanha eleitoral de 1983 em que concorriam como principais candidatos, Italo Argentino Lúder e Raúl Alfonsín, dispôs de duas tendências antagônicas no que diz respeito à relação com as forças armadas. O justicialista Italo Argentino optou por um discurso de campanha que não objetivava nenhuma forma de confrontação com as forças militares, o que se entendeu por uma estratégia que posteriormente desembocaria em possíveis acordos com essas forças. Enquanto que, optando por uma forma mais radical de crítica aos militares, o candidato da *Unión Cívica Nacional*, Raúl Alfonsín, não só tomou o discurso de crítica a essas forças, como também sugeriu uma possível corroboração entre os militares e Italo Argentino. Essa postura foi fundamental para um olhar diferenciado da sociedade argentina que ansiava por uma mudança ética no que toca à garantia dos direitos humanos e à tolerância política. Raúl Alfonsín acabou por caracterizar-se como um candidato sinônimo de mudança e simbolicamente representante da Democracia. Aqui, podemos observar alguns pequenos trechos que expõem essas características⁵:

(...) privilegiamos la plena vigencia de los derechos humanos y la necesidad de dismantelar el aparato represivo.

(...) se pondrá em manos de justicia la importante tarea de evitar la impunidad de los culpables.

(...) El ciudadano común percibirá de la mañana por la noche, la diferencia entre el autoritarismo y la democracia.

(...) El Estado de la actualidad pesado, adiposo, retardatario habrá que transformarlo mediante una profunda reforma administrativa en un instrumento idóneo para la realización de la

grandeza y prosperidad del país.⁶

Em muitos momentos, a tendência reformista de Alfonsín em relação às estruturas do Estado e principalmente das forças armadas, trouxe grande prejuízo à governabilidade durante o exercício do seu mandato. A recorrente ligação e homogeneização do autoritarismo com as forças armadas foi motivo de profunda agitação política, visto que as medidas reformistas mais radicais quanto ao combate ao autoritarismo se fizeram na reestruturação das cúpulas militares e da punição aos minimamente envolvidos com o regime de 1976. Essas reformas, acabaram por expor as deficiências organizativas dos corpos militares, alimentando certo descrédito das forças armadas por parte da sociedade argentina.

Essa questão é importante, pois os levantes militares que ocorreram entre 1987 e 1989 foram grandes colaboradores para um crescente desprestígio do governo de Alfonsín. Primeiramente, por sugerirem a incapacidade do governo em implantar as políticas de reestruturação do exército e especialmente de não estabilizarem tais rebeliões.

O governo de Raúl Alfonsín foi marcado por um profundo esforço no que se refere às transformações institucionais de combate ao autoritarismo, de modo a manter uma perspectiva que focaliza as transformações no âmbito político e não no econômico. É nessa conjuntura política, de crises e instabilidades quanto ao processo transitório e à situação econômica argentina que não se resolvera no governo de Alfonsín, que o presidente Menem conquista certa legitimidade para apostar na construção de uma Democracia com *preponderância* da economia sobre a política e do mercado sobre o Estado. É no governo de Menem que a Argentina viverá sua fase decisória de afirmação da política econômica neoliberal.

A compreensão da Democracia como valor inquestionável e do Mercado como o gerador de riquezas, único veículo de progresso e crescimento econômico, serão os grandes marcos políticos não apenas do discurso, mas da administração Menemista. Essa tendência pode ser percebida tomando como reflexão esses pequenos trechos dos discursos de Menem:

(...)Este país moribundo...este país enfermo no se sana *con antiguos remedios*. Por eso nuestra desición por los cambios"; (grifos meus)

(...) se puede ser injusto distribuyendo mal las riquezas. Pero se es infinitamente injusto impidiendo la generación de nuevas riquezas.

(...)No vamos a ingresar al Primer mundo por una concesión graciosa del cielo o de los poderosos.

(...) estamos frente a un desafío. Semejante cambio no se logra sin momentos traumáticos.

(...) el camino no está exento de obstáculos ni de sacrificios.⁷

É clara a proposta de Menem em optar pela inserção argentina numa economia internacional e neoliberal mesmo considerando alguns pontos contraditórios e os sacrifícios dessa inserção, como no

inclusão da Argentina nessa política, estabelecendo uma nova organização de Estado e consolidando uma relação com o político, iniciado no governo de Alfonsín. É necessário entender que a redemocratização Argentina pode e deve ser pensada no contexto mais amplo da América Latina, iniciando-se na proposta reformista de Raúl Alfonsín e alcançando seu ponto máximo (principalmente no que se refere à consolidação da economia neoliberal), referente a proposta política e econômica a nível mundial, na administração de Menem, que se solidifica numa proposta mais clara de inserção da Argentina no Mercado.

A análise desses discursos, como dito anteriormente, são *indícios* no que se refere ao âmbito simbólico das relações políticas entre os seres políticos numa dada realidade. A reflexão desses discursos na sua relação com a prática política se faria numa outra problemática que não se busca aqui, visto que o objetivo central é analisar os discursos democráticos no período de redemocratização. Mas, vale ressaltar que tais problemáticas são fundamentais para uma análise mais completa desse processo.

Brasil

Assim como na Argentina, as crises políticas e econômicas foram fundamentais para solapar o regime militar brasileiro. A crescente dívida externa e a inflação, além do desgaste político provocado pelas constantes pressões e denúncias acerca da repressão, sem contar com a forte ligação dos militares brasileiros com os norte-americanos, fizeram com que a necessidade de transferência para um regime democrático fosse não apenas pensado, mas “acompanhado” pelas forças militares. Assim, nas pessoas dos dois últimos presidentes, a gradual abertura brasileira começa a tomar forma. Podemos dizer que o processo de redemocratização brasileira se estende do Governo de Geisel à eleição de Fernando Collor de Mello.

O desejo da sociedade brasileira por democracia, nos anos que se seguiram ao fim do governo Geisel e da ditadura civil-militar de 1964, viu-se, de certa forma, frustrado com as eleições indiretas para presidente da república em 1985 e o falecimento do novo chefe do executivo Tancredo Neves, deixando “órfã” a tão sonhada redemocratização, que nos dizeres de Geisel deveria ser “lenta, gradual e segura”, e assim o foi. O processo de abertura brasileira, se fez numa infinidade de “negociações” entre vários setores do cenário político, dentre eles, militares ou apoiadores do regime – como no exemplo de José Sarney que esteve no poder durante o regime e durante a transição e de Fernando Collor -, forças partidárias (estes que terão papel fundamental na elaboração do movimento “Diretas já!”) e segmentos do poder econômico, que objetivavam mudanças para o cenário da economia brasileira.

A criação da necessidade e da urgência - tão bem pensada pelo projeto norte-americano de Reagan - para as aberturas democráticas na América Latina, no Brasil terá, além da propagação da idéia da democracia política como solucionadora das crises enfrentadas por tais países, uma tentativa de legitimação popular conquistada pela idealização do movimento das “Diretas já!”. Não se trata aqui de diminuir os fatores internos que contribuíram para a indignação da sociedade brasileira em relação ao regime militar, mas, de buscar entender qual a compreensão de Democracia e participação política dos que idealizaram e propagandearam tal movimento, de modo a compreender as problemáticas colocadas acerca da Democracia. Dessa forma, é importante salientar que o movimento das Diretas propôs uma

reflexão política em cima da conjuntura de crise vivida pelo Brasil, sem uma atenção voltada para o questionamento em termos econômicos e sociais do processo de transição, contribuindo em muito, para a mitificação do voto como veículo incólume da participação política (confundido muitas vezes com a própria conquista da *cidadania*, ou seja, limitando a complexidade da compreensão de cidadania à conquista desse direito político).

As “Diretas já!”, movimento conhecido como um marco da mobilização política brasileira contou com o apoio de variados setores da sociedade, objetivando estabelecer uma nova forma de pressão acerca do processo de transitoriedade do regime. Teve como principal bandeira a defesa das eleições diretas para presidente, contando também com o apoio de vários meios de publicidade para tal fim. É nesse contexto de defesa da participação popular na escolha dos dirigentes do país, dado como uma forma inquestionável de reestruturação deste no contexto de crise, que o surgimento de figuras “representantes” e que “simbolizam” a democracia, é evidente. É nesse contexto, que a redemocratização brasileira assume algumas características fundamentais a serem tocadas aqui: 1. É dada de forma lenta e processual. 2. Não significou uma completa destituição do poder e da influência militar. 3. Surgimento de figuras “símbolos” da democracia no cenário político.

Esse surgimento aconteceu desde ainda o momento de eleição indireta com a eleição de Tancredo Neves - que acabou por tornar-se a principal figura de representação da consolidação democrática - tendo seu ápice com a eleição de Fernando Collor em 1989. Após a morte de Tancredo, o Brasil imerge numa onda de angústias e incertezas quanto à estabilização do regime democrático que se mantém mesmo com a assunção do seu vice, José Sarney, que posteriormente será marcado pela continuação e aprofundamento da instabilidade econômica brasileira. Utilizando como reflexão esses trechos de Bolívar Lamounier sobre a situação brasileira nesse período, especialmente após o governo Sarney, já nos sugere qual perfil de líder tendia a ser idealizado como o “solucionador” dos problemas enfrentados pelo Brasil:

Ao final dos anos 80 (a chamada 'década perdida'), formara-se no Brasil uma forte convicção de que somente a autonomia decisória de um presidente legitimado pelo voto direto começaria a repor o país nos eixos. Os altos e baixos registrados nos indicadores de crescimento econômico, ao longo desse período, não disfarçavam a tendência ao estancamento e menos ainda à elevação persistente e desordenada dos preços – a chamada 'instaglação', combinando instabilidade com estagnação e inflação.”

Essa situação econômica marcadamente adversa coincide, nos anos 80, com o visível aumento das tensões sociais e da pressão sobre o sistema político.”⁸

Nesse contexto, as eleições de 1989, nas quais seriam eleitos governadores, senadores, deputados estaduais e o presidente da república, que pela primeira vez seria escolhido de forma direta pelos brasileiros, teve papel decisivo no resgate da confiança do país, na busca da consolidação do pensamento democrático nos anos seguintes. O papel atribuído ao cargo de presidente durante esse período estava diretamente ligado à expectativa criada, principalmente, pelos formadores de opinião

nacional (entendendo como tal os jornalistas, economistas, cientistas sociais, etc.), à figura de um indivíduo que eleito democraticamente (eleições diretas livres) seria capaz de estabilizar a economia do país, conter a hiperinflação e garantir a transição e manutenção do sistema democrático. Um artigo do professor Cléber Aquino, da Universidade de São Paulo, publicado no Jornal Diário do Nordeste, de janeiro de 1989, é elucidativo para esse caso:

O desdobramento do quadro econômico é perigoso, notadamente, considerando o ano de 89 ser um ano político de campanhas para a presidência da República, com dois candidatos da esquerda com fortes possibilidades de um deles se tornar o primeiro mandatário da nação. Estou me referindo a Lula, presidente e fundador do Partido dos Trabalhadores (PT) e a Leonel Brizola, fundador e presidente do PDT. E se o quadro econômico não melhorar, a vida se tornará insuportável para o povo e para esta situação – de sofrimento gradativo do povo – será um prato cheio para os dois candidatos acima, principalmente, o Lula, ambos capitalizando votos às suas pretensões presidenciais.⁹

A busca por um presidente que não tivesse ligação com as esquerdas (como Lula e Brizola) tão combatidas no cenário latino americano, e representasse a mudança numa proposta pautada nas transformações econômicas, era fundamental para caracterizar o futuro regente do Brasil. Nas eleições de 1989, a tentativa de impor uma perspectiva de mudança, foi o grande marco da campanha de Fernando Collor Melo, motivo que o garantiu grandes apoios das elites e da mídia brasileiras.

A administração de Collor, como já sabemos, foi complexa e conflituosa, uma relação que saiu de presidente eleito como símbolo da mudança, para símbolo do clientelismo e da corrupção, valores tão rechaçados pela cultura política democrática. Porém, mesmo com todas essas implicações, a administração de Fernando Collor foi fundamental para a introdução do discurso e da prática neoliberal de forma mais planejada como política econômica brasileira. Analisando alguns de seus discursos no início do seu mandato podemos ver:

*O processo de modernização da economia dará decisivos passos adiante, e sempre na direção da liberdade empresarial, da fiscalização dos oligopólios, da plena vigência das regras de mercado.*¹⁰ (Grifos meus)

Daí a convicção de que a *economia de mercado* é forma comprovadamente superior de geração de riqueza, de desenvolvimento intensivo e sustentado. Daí a certeza de que, no plano internacional, são as economias abertas as mais eficientes e competitivas, além de oferecerem bom nível de vida aos seus cidadãos, com melhor distribuição de renda. Não abrigamos, a propósito, nenhum preconceito colonial ante o *capital estrangeiro*. Ao contrário: tornaremos o Brasil, uma vez mais, hospitaleiro em relação a ele, embora, é claro, sem privilegiá-lo.¹¹ (Grifos meus)

A *privatização* deve ser completada por menor regramento da atividade econômica. Isto incentiva a economia de mercado, gera receita e alivia o déficit governamental, sustentando melhor a luta antiinflacionária. Isto faz com que a corrupção ceda lugar à competição.¹² (Grifos meus).

Pensando essas questões podemos caminhar para uma fase conclusiva deste trabalho.

CONCLUSÃO

Falar do período de redemocratização pós-regimes militares na América Latina é debruçar-se sobre uma temática que muito tem a ser explorada pela História. Desse modo, as reflexões aqui esplanadas foram baseadas numa conjunção de bibliografias, textos, projetos políticos oficiais, discursos, jornais, dentre outras fontes, a fim de tentar perceber a polifonia característica desse momento da História política latino americana.

A problemática central deste trabalho consistiu na tentativa de pensar sobre a (re)formação das Democracias na América Latina, especialmente na Argentina e no Brasil, buscando uma reflexão crítica acerca da peculiaridade da conjuntura política, econômica e social vivida por essas sociedades em fins dos anos 80 e meados dos anos 90. Dessa forma, buscamos entender as roupagens em que se encontram os discursos democráticos, e de que forma de Democracia é pensada para esse continente no período de redemocratização. Primeiramente, no que se refere às questões políticas do processo de redemocratização, podemos considerar que na Argentina esse processo se deu, a partir da proposição de reformas políticas caracterizadas pela aversão às tradições políticas autoritárias. Essas reformas tiveram seu início com a política reformista de Raúl Alfonsín, que objetivava a construção de uma cultura política em contraposição aos valores autoritários dos regimes militares, sempre pensando na consolidação de um novo papel para a Argentina no cenário mundial.

A partir dessas questões, podemos traçar algumas diferenças em comparação à realidade brasileira, em que os militares foram peças chaves no processo de transição. Enquanto que na Argentina, a punição dos militares se deu quase completamente nos dois primeiros anos de abertura, criando uma perspectiva de repúdio à participação militar na política após a abertura, no Brasil, os militares, não apenas foram grandes idealizadores do processo de abertura, como, em grande parte, os acusados por violação dos direitos humanos até hoje ainda não foram punidos. Essa diferente condição entre os militares no Brasil e na Argentina, nesse momento, é de sã importância para entendermos esse processo nos dois países. Os militares no Brasil assumiram o papel da transitoriedade, e foram fundamentais inclusive na construção idealizadora de antigos apoiadores do regime autoritário que viraram símbolos da Democracia. No que tange às questões econômicas e sociais, podemos pensar que estes países não fugiram à perspectiva que se pretendia estabelecer a nível mundial, pois Brasil e Argentina, buscaram no período de abertura, se reafirmar diante do mundo como países de economia de mercado, a partir da implementação das políticas econômicas neoliberais, estas, independentes de uma relação próxima ou não, com os poderes militares.

Tomando como base essas questões, pode-se concluir que levando em consideração que para se consolidar um regime democrático, faz-se necessário a consolidação concomitante dos meios pelos quais todos os indivíduos (o *povo*) possam de fato *estar aptos* a participação política, que não se mantém restrita ao direito ao voto, mas que é entendida como uma mescla de condicionantes que se configuram na ampliação absoluta do que podemos chamar de, *igualdade social*.

Essa aptidão de participação, não se baseia aqui na busca de uma idealização da participação popular, nem numa tentativa de enxergar as mais íntimas e particulares formas de relação do povo com as instâncias de poder, mas é colocada a partir de uma concepção cujo princípio de igualdade entre as pessoas esteja *de fato* consolidada em todas as esferas sociais, o que significa dizer que a consolidação da democracia enquanto sistema regente de uma sociedade, não poderá se dá de fato, enquanto algumas dessas esferas estiverem organizadas para *legitimar* a própria condição de diferença e exploração entre os homens. Ou seja, a consolidação democrática no seu sentido analógico à concepção de Rousseau de “verdadeira democracia”, só poderá acontecer quando essas esferas sociais estiverem realmente organizadas de modo a garantir a todos as verdadeiras condições de participação política; as liberdades fundamentais (de expressão, de reunião, de associação, etc.) e as garantias sociais (saúde, educação, moradia, etc.); de forma a eliminar a ética de exploração, qualquer que seja, entre os homens. Dessa forma, buscamos entender que essa compreensão de Democracia deve ser pensada, não apenas no nível do cotidiano dentro de dada realidade ou de uma sociedade, mas também na realidade exploratória em que tenta-se estabelecer a nível mundial, dos centros capitalistas sobre as suas “áreas de influência”.

Desse modo, buscamos entender não o modo como o discurso democrático se mostra a nível mundial em meados dos anos 80, na relação de construção de uma lógica em que, a força abstrata que chamamos de mercado, consolida-se como o principal regente das relações entre os homens. Por fim, termino com uma importante reflexão de José Num sobre a idéia de *Democracia Genuína*:

Acontece que uma coisa é conceber a democracia como um método de governo para a formulação e tomada de decisões no âmbito estatal; e outra bem distinta imaginá-la como uma forma de vida, como um modo cotidiano de relação entre homens e mulheres que orienta e que regula ao conjunto das atividades de uma comunidade. Estou aludindo ao contraste entre uma democracia governada e uma democracia governante, isto é, genuína.¹³ (versão nossa).

NOTAS

¹Graduada em História pela Universidade Federal do Ceará

²BORON, Atílio A. *Estado, Capitalismo e Democracia na América Latina*. Tradução: Emir Sader. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994. p.26.

³BONETTO, Maria Susana. *La construcción de La Democracia en los discursos presidenciales. Argentina (1983-1999)*. *Producciones en estudios sociales*, n. 3, 2007. ISSN 1667-7889. Disponível em:http://dialnet.unirioja.es/servlet/fichero_articulo?codigo=2487874&orden=0

⁴Os discursos analisados pela autora são os pronunciamentos do presidente Raúl Alfonsín e do presidente Menem retirados

de *Las Sesiones de Apertura de la Legislatura* durante o período que correspondem aos seus respectivos mandatos.

⁵BONETTO, Maria Susana. *La construcción de La Democracia em los discursos presidenciales. Argentina (1983-1999). Producciones en estudios sociales*, n. 3, 2007. ISSN 1667-7889. Disponível em: http://dialnet.unirioja.es/servlet/fichero_articulo?codigo=2487874

&orden=0

⁶“(…) privilegiaremos a plena vigência dos direitos humanos y a necessidade de dismantelar o aparato repressivo.” “(…) se colocará nas mãos da justiça a importante tarefa de evitar a impunidade dos culpados” “(…) o cidadão comum perceberá da manhã para a noite, a diferença entre o autoritarismo e a democracia.” “(…) O Estado da atualidade pesado, adiposo, retardatário terá que ser transformado mediante uma profunda reforma administrativa num instrumento idôneo para a realização da grandeza e prosperidade do país”. (Versão nossa)

⁷“(…) Este país moribundo, este país doente não se sara com antigos remédios. Por isso nossa decisão pelas mudanças. (...) se pode ser injusto distribuindo mal as riquezas. Mas se é infinitamente injusto impedindo a geração de novas riquezas. (...) Não vamos ingressar no Primeiro mundo por uma concessão graciosa do céu ou dos poderosos. (...) estamos diante de um desafio. Semelhante mudança não se consegue sem momentos traumáticos. (...) O caminho não está isento de obstáculos nem de sacrifícios.” (Versão nossa). Os discursos analisados do presidente Menem foram retirados de *Las Sesiones de Apertura de la Legislatura* durante os 10 anos do seu mandato e podem ser encontrados no artigo de, BONETTO, Maria Susana. *La construcción de La Democracia en los discursos presidenciales. Argentina (1983-1999)*.

⁸LAMOUNIER, Bolívar. *Depois da Transição: democracia e eleições no governo Collor*. São Paulo: Edições Loyola, 1991.

⁹Jornal Diário do Nordeste, Janeiro de 1989, Opinião, Seção Idéias, página 2.

¹⁰Discurso para a reunião ministerial de 18 de fevereiro de 1991. Disponíveis em: www.collor.com/discursos1991.asp

¹¹Discurso Pronunciado por Sua Excelência o Senhor Fernando Collor, Presidente da República Federativa do Brasil, na Cerimônia de Posse no Congresso Nacional. *PROJETO DE RECONSTRUÇÃO NACIONAL Brasília, em 15 de março de 1990*. Disponíveis em: www.collor.com/discursos1991.asp

¹²Ibidem.

¹³NUM, José. *La rebelión del coro. Estudios sobre la racionalidad política y el sentido común*. Buenos Aires. Nueva Visión, 1989, p.61.